

## ACÓRDÃO Nº 077520/2024-PLENV

1 PROCESSO: 225341-3/2020

2 NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO

3 INTERESSADO: LEANDRO MACHADO FERREIRA

4 ÓRGÃO JURISDICIONADO/ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA

5 RELATOR: CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

6 REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ALINE PIRES CARVALHO ASSUF

7 ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL

8 ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO**, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do **PLENÁRIO VIRTUAL**, por unanimidade, por **REJEIÇÃO DA DEFESA** com **IRREGULARIDADE**, **APLICAÇÃO DE MULTA** e **COMUNICAÇÃO**, nos exatos termos do voto do Relator.

9 ATA Nº: 35

10 QUÓRUM:

**Conselheiros presentes:** Rodrigo Melo do Nascimento, José Maurício de Lima Nolasco, Marianna Montebello Willeman e Marcio Henrique Cruz Pacheco

**Conselheiros-Substitutos presentes:** Andrea Siqueira Martins, Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerren

11 DATA DA SESSÃO: 14 de Outubro de 2024

12 CONDENAÇÃO:

12.1 ÓRGÃOS DE INSTRUÇÃO: SUBSECRETARIA DE CONTROLE DE CONTAS, GESTÃO FISCAL E RECEITA; COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS DE GESTÃO

12.2 TIPO DE CONDENAÇÃO: IRREGULARIDADE

12.3 RESPONSÁVEL: MURILO SANCHES RODRIGUES

12.4 FUNDAMENTO: Lei Complementar nº 63/1990, art. 20, inc. III, alín. 'a'.

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREVI, relativas ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Diretor-Presidente à época;

Considerando a análise realizada pela CAC-GESTÃO, em 04/06/2024 e o pronunciamento

da SUB-CONTAS, na mesma data;

Considerando o parecer do Ministério Público de Contas, elaborado pela ilustre Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf, em 13/06/2024;

Considerando que foram verificadas irregularidades e impropriedades que comprometem a análise de mérito das presentes contas;

Considerando que a marcha processual observou os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, em:

**JULGAR IRREGULARES** as Contas de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREVI, relativas ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Diretor-Presidente à época, nos termos do artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

### **13 CONDENAÇÃO:**

**13.1 ÓRGÃOS DE INSTRUÇÃO:** SUBSECRETARIA DE CONTROLE DE CONTAS, GESTÃO FISCAL E RECEITA; COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS DE GESTÃO

**13.2 TIPO DE CONDENAÇÃO:** APLICAÇÃO DE MULTA

**13.3 RESPONSÁVEL:** MURILO SANCHES RODRIGUES

**13.4 VALOR:** 5.000 UFIR-RJ, correspondente, nesta data, a R\$ 22.686,50 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), a ser recolhido, com recursos próprios, ao Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE-RJ (FEM/TCE-RJ).

**13.5 ENTE COMPETENTE PARA EXECUÇÃO FISCAL:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**13.6 FUNDAMENTO:** Lei Complementar nº 63/1990, art. 63, inc. I.; Lei Complementar nº 63/1990, art. 65.

**13.7 PRAZO PARA RECOLHIMENTO:** 15 (quinze) dias

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREVI, relativas ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Diretor-Presidente à época;

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo e a manifestação do Ministério Público de Contas;

Considerando que, conforme decisão monocrática de 27/10/2023, o responsável foi notificado, tendo lhe sido assegurado, naquela fase processual, o exercício do contraditório e da ampla defesa, previsto no inciso LV do artigo 5º da Constituição da República;

Considerando que as razões de defesa apresentadas não foram suficientes para elidir as irregularidades imputadas ao responsável, as quais ensejam a irregularidade das contas de gestão;

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos

---

em Sessão Plenária Ordinária, em:

APLICAR MULTA ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREVI, no exercício de 2019, com fulcro no que dispõe o inciso I do artigo 63 c/c o artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no valor de 5.000 UFIR-RJ, equivalente, nesta data, a R\$ 22.686,50 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), em face da irregularidade das contas, a ser destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art. 3º, inciso VII da Lei Estadual nº 6.113/2011, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência desta decisão, ficando, desde já, autorizada a COBRANÇA JUDICIAL, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 343/23, inclusive a expedição de ofício ao titular do órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa estadual, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo determinado.

**Christiano Lacerda Ghuerrén**

Relator

**Rodrigo Melo do Nascimento**

Presidente

Fui presente,

**Henrique Cunha de Lima**

Procurador-Geral de Contas

---



Processo nº 225.341-3/20

Rubrica: Fls:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO**  
**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**

**VOTO GCS-3**

**PROCESSO:** TCE-RJ Nº 225.341-3/20

**ORIGEM:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREVI

**ASSUNTO:** Prestação de Contas Anual de Gestão – Exercício 2019

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO.**  
**REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE DEFESA.**  
**IRREGULARIDADE DAS CONTAS. APLICAÇÃO**  
**DE MULTA. COMUNICAÇÃO.**

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREVI, relativas ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Diretor-Presidente à época.

Em 27/10/2023, decidi monocraticamente da seguinte forma:

***I - Pelo ACOLHIMENTO PARCIAL DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pela Sra. Cátia da Silva Ferraz, em resposta à decisão de 13/09/2022;*

***II - Pela COMUNICAÇÃO** à Sra. Cátia da Silva Ferraz, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, para que tome ciência da presente decisão;*

***II - Pela NOTIFICAÇÃO** do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2019, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa acerca das possíveis irregularidades discriminadas no relatório desta decisão, alertando-o de que a ausência dos documentos e esclarecimentos imprescindíveis à análise de mérito, pode comprometer o julgamento destas contas, sob sua responsabilidade.*

Em resposta, o responsável apresentou os esclarecimentos constantes dos Docs. TCE-RJ nº s 26.950-7/23 e 28.283-6/23.

Após reexame, a Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, em instrução de 04/06/2024, sugere o seguinte:

**I – NÃO ACOLHIMENTO** das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, mediante o DOC. TCE-RJ n.ºs 028.283-6/2023 e 026.950-7/2023;

**II – Que sejam julgadas IRREGULARES** as Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, no exercício de 2019 com fulcro no art. 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, em face da ocorrência das seguintes **IRREGULARIDADES e IMPROPRIEDADES**:

**IRREGULARIDADES:**

**1-** Pela ausência de justificativa quanto ao Relatório do Órgão de Controle Interno e o Certificado de Auditoria, emitidos pelos Srs. Marcelo Araújo de Almeida (CRC-RJ nº 111.309/O-5) e Nicola Fabiano Palmieri (Controlador Geral do Município), terem concluído pela IRREGULARIDADE das contas;

**2-** Quanto ao Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras apresentar divergência expressiva em relação ao saldo disponível para o exercício seguinte do Balanço Financeiro e do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), visto que deixaram de ser informados os valores de aplicações de curto prazo (temporários) mantidos em instituições financeiras, no montante de R\$126.063.013,47;

**3-** Quanto aos débitos, originados no exercício e em exercícios anteriores, em valores expressivos, constantes no Quadro I do Modelo 2, não se encontrarem satisfatoriamente justificados estes registros que, por tratarem de despesas orçamentárias rotineiras, não poderiam ter sido pagas (“débitos não contabilizados”) sem o prévio empenho, como exige o caput do art. 60 da L. F. nº 4.320/64:

Conta bancária CEF nº 5-6		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercício Referência		
Data do evento: 06/06/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$8.891.001,05
Data do evento: 06/08/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$3.380.299,95
Data do evento: 12/12/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$2.076.051,11

Conta bancária CEF nº 17-0		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercício Referência		
Data do evento: 07/06/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$3.091.013,67
Data do evento: 05/09/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$812.509,31

Conta bancária CEF nº 5-6		
Quadro I – Débitos		
Relativo a Exercícios Anteriores		
Data do evento: 05/12/2018	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$6.356.375,14

**4-** Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, a saber:

**PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS NA DECLARAÇÃO**  
**DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL**

1. A regularidade da execução orçamentária da despesa;
2. A paridade do saldo do ativo em caixa e equivalentes de caixa, investimentos e aplicações com o controle apresentado pela Tesouraria;
3. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício;
4. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores;
5. A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário.

*5- Quanto ao limite estabelecido para as despesas administrativas do exercício era de R\$681.980,41, enquanto as despesas administrativas realizadas alcançaram o montante de R\$1.006.159,75, tendo ocorrido um excesso de R\$324.179,34 (47,5% acima do limite):*

Descrição	Valor (R\$)
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl. 57)	68.198.041,36
(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art. 92 (fl. 101)	1%
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)	681.980,41
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	1.006.159,75
(E) <b>Excedente de Gastos no Exercício (E= D - C)</b>	<b>324.179,34</b>

#### **IMPROPRIEDADES:**

*1- Quanto ao não encaminhamento do Cadastro do Responsável pelo Encaminhamento das Contas - Sr. Leandro Machado Ferreira – (Modelo 1 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), de acordo com §§ 1º, 2º e 4º, artigo 10 desta Deliberação TCE-RJ nº 277/17;*

*2- Quanto à divergência entre os saldos das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estimadas em **R\$ 317.591.630,16** (vide fl. 325), com o correspondente a título de “Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo” no Balanço Patrimonial (fls. 287/289) no montante de **R\$ 114.626.410,08**;*

*3- Quanto ao saldo divergente, no valor de R\$78.843,59, entre as disponibilidades do exercício anterior demonstrado neste Balanço Financeiro, na soma de R\$125.674.627,65, e o saldo final da prestação de contas do exercício anterior (Proc. TCE-RJ nº 242.747-9/19), na importância de R\$125.753.471,24;*

*4- Quanto à baixa (por pagamento) da rubrica Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro apresentar divergência, na importância de R\$293,44, com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário;*

*5- Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as retenções previdenciárias ao RGPS não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, haja vista que o valor baixado junto ao INSS, no valor de R\$3.680,35, representa o baixo percentual de 18,95% do montante registrado no exercício anterior adicionado ao quantitativo inscrito no período;*

*6- Quanto ao saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante divergir, no valor de R\$750.786,74, do saldo registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;*

*7- Quanto ao Balanço Patrimonial apresentar o comportamento atípico das contas contábeis nºs 2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES e 2.3.7.1.1.03.00.00.00 – AJUSTES DE*

*EXERCÍCIOS ANTERIORES, uma vez que as aludidas contas evidenciam que o saldo escriturado na coluna do exercício anterior é idêntico ao valor registrado na coluna exercício atual, ou seja, não ocorreu qualquer modificação durante 2 (dois) exercícios consecutivos, conforme o demonstrado abaixo;*

Contas do grupo contábil Patrimônio Líquido	Exercício Atual (2019)	Exercício Anterior (2018)
2.3.7.1.1.02.00.00.00 – SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$27.643.951,06	R\$27.643.951,06
2.3.7.1.1.03.00.00.00 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$78.154,17	R\$78.154,17

*8- Quanto ao Saldo Patrimonial apurado não estar condizente, no valor de R\$204.764,18, com aquele registrado no Balanço Patrimonial, a saber:*

**Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
<b>Diferença (E) = (C) - (D)</b>	<b>-204.764,18</b>

*9- Quanto aos servidores das unidades gestoras municipais, elencadas na tabela abaixo, participarem como contribuintes do RPPS, conforme dados extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 218.903-6/20, pois as sobreditas unidades gestoras não integraram o Modelo 8, a saber:*

UNIDADES GESTORAS DE MESQUITA
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Apoio da Pessoa com Deficiência
Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Fundo Municipal do Meio Ambiente
Fundo Municipal de Transporte
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV

*10- Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, conforme Modelo 36, não conferir com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, tendo em vista o precário modelo de evidenciação contábil oferecido no Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo XVII da Lei Federal nº 4320/64 (fl. 14) inviabilizou a possibilidade de aferir a existência da paridade em questão;*

*11- Quanto ao total das contribuições previdenciárias (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, conforme Modelo 38, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, tendo em vista que o Demonstrativo da Dívida Flutuante aponta que ao longo do exercício foram baixados na conta 'INSS – Folha de Pagamento' a importância de R\$3.680,35, o que representa o percentual de 6,96% do valor repassado ao RGPS no exercício, conforme o registrado no Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;*

*12- Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), devidas e efetivamente arrecadadas, conforme Modelo 34, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, a saber:*

**SERVIDORES**

	Valor (R\$)
<b>1)</b> Total da contribuição <b>devida</b> dos servidores (segurados) no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. 95.	6.980.189,16
<b>2)</b> Total das contribuições <b>repassadas</b> servidores segurados no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. <b>95</b> .	6.980.189,16
<b>Quantitativo não repassado no período (1-2)</b>	<b>0,00</b>
<b>3)</b> Valor registrado no Anexo 10 da Lei nº 4320/64 do MESQUITAPREV (fls.04/05)	8.742.188,24
<b>DIFERENÇA (3-2)</b>	<b>1.761.999,08</b>

**PATRONAL**

	Valor (R\$)
<b>1)</b> Total da contribuição <b>devida</b> da parte Patronal no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. 95.	10.454.555,22
<b>2)</b> Total das contribuições <b>repassadas</b> da parte Patronal no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. <b>95</b> .	106.305,55
<b>Quantitativo não repassado no período (1-2)</b>	<b>10.348.249,67</b>
<b>3)</b> Valor registrado no Anexo 10 da Lei nº 4320/64 do MESQUITAPREV (fls.04/05)	0,00
<b>DIFERENÇA (3-2)</b>	<b>-106.305,55</b>

**13-** Quanto aos recursos das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), retidas e não repassadas, não terem sido devidamente registradas nos demonstrativos contábeis, tendo em vista que os aludidos recursos não estão suficientemente evidenciados ou devidamente escriturados nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, conforme o demonstrado no Balanço Patrimonial analítico (fls.124/129);

**14-** Quanto à ausência de medidas adotadas pelo MESQUITAPREV com vistas à indispensável regularização da emissão periódica do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, perante a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, tendo em vista que a validade do último CRP do Município de Mesquita expirou em 24/01/2016;

**15-** Quanto à ausência de adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para os benefícios concedidos a partir de 06/05/1999, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores;

**16-** Quanto às impropriedades detectadas no parecer do Conselho Fiscal atinentes ao exercício em análise, a saber indicando as seguintes impropriedades e irregularidades:



Processo nº 225.341-3/20

Rubrica: Fls:

Considerando pagamentos efetuados sem prévio empenho e ciência desse conselho Sem registros contábeis e com um processo não encontrado, (até a presente data) Como foi o caso do processo de compensação financeira da Drª Marli Soares Braga – “processo originado pelo ofício nº 091/2019/SEMAD-RH. Em 19/03/19 Demonstrado em planilha em anexo.

Considerando que foram saídas de valores expressivos e sem haver nenhum tipo de compensação, visto que a prefeitura estava devendo esses valores. Desde o ano de 2017.

Considerando a contratação de uma empresa (Estrutural Asset Assessoria Técnica Contábil em Administração Pública S/S LTDA) para a execução de serviços contábeis, contratação esta que não foi aprovada por este conselho e mesmo assim, Sr Murilo firmou contrato com essa empresa. Vale ressaltar que essa empresa foi contratada por um valor exorbitante, desperdício de dinheiro público e sem interesse público nesta contratação.

Considerando ter havido inconsistências contábeis encontradas pelo Conselho Fiscal e sinalizadas pela responsável do setor contábil deste Instituto de Previdência, Srª Renata Reis. Declarado no relatório Mod 4 /Fl. 74 do processo de Prestação de Contas, enviado ao TCE.

Considerando a ausência de Avaliação Atuarial, previsto na Lei Federal nº 9.717/98, que deve ser efetuada em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período.

Considerando que este conselho não teve acesso aos relatórios contábeis/administrativos mensais solicitados no exercício de 2019 para acompanhar e fiscalizar em tempo real a gestão do Diretor Presidente, Sr Murilo Sanches Rodrigues.

Considerando após análises do Conselho Fiscal e no relatório

Diante dos fatos mencionados acima, o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita-Mesquitaprev, **REPROVA** as Contas do Sr Murilo Sanches Rodrigues ref. ao exercício de 2019.

*17- Quanto à conta contábil denominada ‘Perdas em Aplicações Financeiras’, compreendida pelo subgrupo contábil ‘Interferências Financeiras’ do Balanço Financeiro, na importância de R\$3.949.557,28, na medida em que não vislumbramos amparo hábil da parte V do DCASP (itens 3.2, 3.3 e 3.4), abarcado pelo MCASP 8ª edição (válido a partir do exercício de 2019), para o uso da nomenclatura ‘Interferências Financeiras’, bem como será oportuno elucidar se o expressivo valor registrado na conta contábil ‘Perdas em Aplicações Financeiras’ representa efetivo desembolso financeiro”;*

**III - APLICAÇÃO DE MULTA** ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, em valor a ser estipulado pelo Colendo Plenário desta Corte de Contas, com fulcro no art. 63, inciso I, da Lei Complementar n.º 63/90, destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do artigo 3º, inciso VII, da Lei Estadual nº 6.113/2011, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do artigo 3º da Deliberação TCE RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à Dívida Ativa Estadual, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal.

O douto Ministério Público de Contas, representado pela Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf, em parecer de 13/06/2024, manifesta-se em igual sentido, acrescentando o seguinte:

***Adicionalmente, considerando que fatos apurados no âmbito do presente feito podem vir a configurar eventual ato de improbidade administrativa ou dar azo à declaração de inelegibilidade do gestor público responsável, cumpre a imediata extração de peças ao MP/RJ e à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, para que adotem as eventuais providências que julguem pertinentes, considerando o âmbito de sua atribuição, caso tal providência ainda não tenha sido adotada.***

## **É o Relatório.**

Inicialmente, registro que atuo nestes autos nos termos do art. 216 do Regimento Interno deste Tribunal, tendo em vista o Ato Executivo nº 26.183, exarado pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, publicado no DOERJ de 27 de março de 2024.

Ao proceder à análise dos autos, a CAC-GESTÃO manifesta-se da seguinte forma:

*A fim de atender aos questionamentos do sobredito decisório o Jurisdicionado encaminha suas razões de defesa, formalizada, nesta Egrégia Corte de Contas pelo Doc. TCE-RJ nº 028.283-6/2023, conforme abaixo transcrita:*

*“Em resposta aos apontamentos contidos no processo TCE n 225.341 3/2020, esclareço que no exercício de 2019 o sistema contábil do Mesquitaprev apresentava inconsistências relevantes no que se diz respeito às informações de ordem patrimonial, financeira e orçamentária.*

*Como responsável pelo Instituto, iniciei um processo de regularização iniciando com a transmissão intempestiva da prestação de contas do exercício de 2018 realizado em 26/11/2019. Nessa empreitada, como não havia profissionais qualificados disponíveis no município, foi contratada empresa com pessoal especializado, onde nos era disponibilizado sistema adequado para correta execução das rotinas contábeis, no qual foram imputadas todas as informações pertinentes ao exercício possibilitando-nos o envio de informações consistentes. Contudo todo o esforço envidado para dirimir tais inconsistências não foi acatado pela Prefeitura Municipal de Mesquita, que realizou o reenvio da prestação de contas em 05/10/2020, inclusive, não a levando em consideração para fins de consolidação de contas na prestação de contas de governo.*

*Ainda em 2019 comecei o processo de regularização das informações contábeis do exercício de 2019, contudo não houve tempo hábil para a finalização dos trabalhos em razão do meu pedido de exoneração oficializado em 16/03/2020.*

*Pelas informações contidas na presente notificação fica claro que o envio da prestação de contas referente ao exercício de 2019 não foi realizado por mim, conforme se comprova na data inicial de envio em 01/09/2020; e mesmo que o fosse, provavelmente, seria desconsiderado pela administração municipal como ocorreu no envio da prestação de contas do exercício de 2018.*

*Diante dos fatos expostos, torna-se incoerente minha responsabilização pelas informações ora encaminhadas, pois mesmo tendo ciência de todo problema apresentado pelo sistema contábil e empenhar-me para corrigi-los, em decorrência de minha exoneração, não tive acesso e nem gerência pelas informações produzidas pelo Instituto, impossibilitando-me da apresentação de informações contábeis consistentes para atendimento aos apontamentos exarados por essa corte de contas.”*

### **Análise / Conclusão:**

*A despeito das alegações do gestor do MESQUITAPREV à época, sobre o sistema contábil do MESQUITAPREV, que no período em análise, apresentava inconsistências relevantes, no que se diz respeito às informações de ordem patrimonial, financeira e orçamentária, onde pronunciar-se sobre a fragilidades no registro de dados, e de que não houve tempo hábil para as devidas correções.*

Processo nº 225.341-3/20

Rubrica: Fls:

*As inconsistências contábeis (patrimonial, financeira e patrimonial) a que o jurisdicionado se refere foram devidamente relatadas nas instruções elaboradas por este Corpo instrutivo, nas datas de 18/09/2020; 10/06/2022 e 21/03/2023, acolhidas pelas Decisões Monocráticas de 13/09/2022 e 27/10/2023.*

*Devemos enfatizar que a gestão do Sr. Murilo Sanches Rodrigues ocupou o cargo de Presidente do MESQUITAPREV, no período de 01/01/2017 a 17/03/2020 (conforme espelho do Sistema de Ofícios deste Tribunal, transcrito abaixo), sendo responsável pelas contas de anual de gestão, em análise.*

Q Consultar Responsáveis de um Órgão				
Órgãos				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA				
Cargo				
DIRETORA-PRESIDENTE				
Responsável				
		↑ ↓	Início	Fim
			↑ ↓	↑ ↓
CATIA DA SILVA FERRAZ			01/01/2021	
LEANDRO MACHADO FERREIRA			17/03/2020	31/12/2020
MURILO SANCHES RODRIGUES			01/01/2017	17/03/2020
Exibindo de 1 até 3, de 3 registros encontrados.				

*Por conseguinte, a alegação apresentada pelo responsável à época pelas contas em comento, de que o envio da prestação de contas referente ao exercício de 2019, não foi realizado por ele, conforme se comprova na data inicial de envio em 01/09/2020, não prospera, pois acervo de processos e documentos da Entidade, cabe ao gestor que o sucedeu, no caso em tela ao Sr. Leandro Machado Ferreira, conforme dados coletados na imagem do Sistema de Ofícios deste Tribunal reproduzida acima ( Período 17/03/2020 a 31/12/2020).*

*Por derradeiro, verifica-se que os questionamentos solicitados pelo Decisório de 27/10/2023, continuam inertes e desprovidos de saneamento, de modo consequente as razões de defesa apresentado pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, relatadas pelo Doc. TCE-RJ nº 028.283-6/2023, não serão acolhidas.*

Conforme demonstrado acima, nas razões de defesa apresentadas, o Sr. Murilo Sanches Rodrigues se exime de qualquer responsabilidade, alegando que o envio da prestação de contas, referente ao exercício de 2019, não foi realizado por ele.

Nesse ponto, importa destacar que o referido jurisdicionado ocupou o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV no período de 01/01/2017 a 17/03/2020, sendo, portanto, responsável tanto pelo encaminhamento das presentes contas quanto pelo controle e envio dos dados.

Torna-se oportuno contextualizar que o gestor público não pode se eximir da responsabilidade de comprovar, de forma clara e objetiva, a boa e regular gestão dos

recursos públicos que lhe foram confiados, nos termos fixados em lei, o que não ocorreu no presente caso.

Sendo assim, tendo em vista que o gestor à época não apresentou provas suficientes para elidir as irregularidades detectadas pela Instrução, objeto do item III da Decisão Monocrática de 27/10/2023, entendo pela aplicação de multa ao responsável, com base nos artigos 23, parágrafo único e 63, I, da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

Ressalto que foram concedidas ao jurisdicionado condições para o exercício das garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa, ambas insculpidas no artigo 5º, inciso LV, da CR/88.

Registro, também, que, em respeito ao artigo 65 da Lei Orgânica deste Tribunal em vigor, foram levadas em conta, na fixação da multa proposta ao Responsável, entre outras condições, as de exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução e a qualificação funcional, bem como se agiu com dolo ou culpa.

Em suma, encerrada a fase processual preliminar, resta ocorrer o julgamento definitivo da presente Prestação de Contas pela sua consequente Irregularidade, com fulcro no art. 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, e Aplicação de Multa ao Responsável.

Pelo exposto, manifesto-me **DE ACORDO** com as proposições do Corpo Instrutivo e **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o do douto Ministério Público de Contas, sendo minha divergência quanto à Expedição de Ofício ao Ministério Público do Estado e à Procuradoria Regional Eleitoral, e

**VOTO:**

I – Pela **REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, em resposta à decisão de 27/10/2023;

II – Pela **IRREGULARIDADE DAS CONTAS** Anuais de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativas ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches

Rodrigues, em face das Irregularidades e Improriedades discriminadas no Relatório deste Voto, nos termos do artigo 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar n.º 63/90;

III – Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2019, nos termos dos artigos 23, parágrafo único, 63, inciso I c/c o art. 65, todos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no valor de **5.000 UFIR-RJ**, equivalente, nesta data, a R\$ 22.686,50 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), em face da irregularidade das contas, a ser destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art. 3º, inciso VII da Lei Estadual nº 6.113/2011, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência desta decisão, ficando, desde já, autorizada a COBRANÇA JUDICIAL, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 343/23, inclusive a expedição de ofício ao titular do órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa estadual, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo determinado;

IV – Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, nos termos do art. 15, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão Plenária.

GCS-3,

**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**  
**Conselheiro Substituto**